



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL
MURIBECA

LEI Nº 231/2004
DE 07 DE ABRIL DE 2004

INSTITUI, CRIA E FIXA QUANTITATIVOS DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DEFINE LOTAÇÃO, REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA NA FORMA QUE INDICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MURIBECA, ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Câmara Municipal de Muribeca aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde do Quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Muribeca na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Os cargos de provimento **efetivo, ora instituídos**, destinam-se principalmente a suprir as necessidades da administração e serão **providos através de** Concurso Público de Provas e Títulos a partir da data da vigência desta Lei, na **forma da legislação** vigente.

Art. 3º - Para os fins que **fizerem necessários**, os atuais ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde estarão supridos do previsto no inciso III do artigo 2º da Lei Federal Nº 10.507 de 10 de Julho de 2002.

Art 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão a conta do Orçamento vigente, e seguintes, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite previsto a sua implementação, observando o disposto no artigo 43 da Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964 desde que não contrarie o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Muribeca, 07 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.


JOANA BARROSO DA SILVA
Prefeita Municipal


ADILSON PINHEIRO DA SILVA
Secretário Geral



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL
MURIBECA

ANEXO ÚNICO DA LEI N° 231/2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

CARGOS PRIVATIVOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGOS, LOTAÇÃO, JORNADA E REMUNERAÇÃO.

DENOMINAÇÃO DO CARGO	LOTAÇÃO	JORNADA SEMANAL	REMUNERAÇÃO BASE/MÊS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	17	40 HORAS	1(UM) SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NO PAÍS